

RICHARD SENNETT

**O DECLÍNIO  
DO HOMEM PÚBLICO**  
*AS TIRANIAS DA INTIMIDADE*

Tradução:  
LYGIA ARAUJO WATANABE

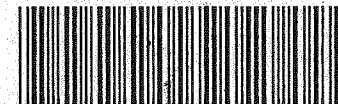
*1.ª reimpressão*

USP-FAU  
301.1  
SE58D

MONOGRAFIAS

DECLINIO DO HOMEM PUBLICO

00027232



  
COMPANHIA DAS LETRAS

Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Internacional  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

S481d Sennett, Richard, 1943-  
O declínio do homem público : as tiranias da intimidade / Richard Sennett ; tradução Lygia Araujo Watanabe. -- São Paulo : Companhia das Letras, 1988.

Apêndice: Eu acuso! / Emile Zola.  
ISBN 85-85095-81-4

1. Alienação (Psicologia social) 2. Comportamento humano 3. História social 4. Interação social 5. Mudança social I. Zola, Emile, 1840-1902. Eu acuso.  
II. Título.

CDD-900  
-302  
-302.544  
-303.45

88-0554

Índices para catálogo sistemático:

1. Alienação : Interação social 302.544
2. Comportamento humano : Interação social : Sociologia 302
3. História social 900
4. Homem : Comportamento social : Sociologia 302
5. Homem público : Declínio : Sociologia 303.45
6. Interação social : Sociologia 302

Copyright © 1974, 1976 by Richard Sennett

Título original:  
*The Fall of Public Man*

Indicação editorial:  
*Renato Janine Ribeiro*

Capa:  
*Moema Cavalcanti*  
sobre *Escadaria Bauhaus* (1932), de Oskar Schlemmer

Índice remissivo:  
*Adelina Bouças*  
*Marisa Vargas*

Revisão:  
*Aníbal Mari*  
*Regina Colonéri*  
*Clara Baldrati*  
*Paulo César de Melo*

1988

Editora Schwarcz Ltda.  
Rua Barra Funda, 296  
01152—São Paulo—SP  
Fones: (011) 825-5286 e 825-6498

Para C. R. H.

301.1  
Se 58d

28.4.88/maw

*SEGUNDA PARTE*  
*O MUNDO PÚBLICO*  
*DO "ANTIGO REGIME"*

*CAPÍTULO 3*  
*A PLATÉIA:*  
*UM CONJUNTO DE ESTRANHOS*

Para compreendermos o declínio da vida pública, é necessário que entendamos as épocas durante as quais ela foi vigorosa e os termos nos quais foi mantida. Os quatro capítulos seguintes descrevem a formação, a presença, as dificuldades e as conseqüências da vida pública em Paris e Londres em meados do século XVIII. Convém dizer alguma coisa a respeito de duas expressões empregadas nesta descrição: a primeira, "antigo regime"; a segunda, "burguesia".

A expressão "antigo regime" é usada muitas vezes como sinônimo de feudalismo; poderia assim se referir a um período de tempo que abrange desde antes dos anos 800 até depois de 1800. Prefiro, porém, seguir o uso estabelecido por Tocqueville: "antigo regime" se refere ao século XVIII, especificamente ao período no qual a burocracia comercial e administrativa se desenvolve nas nações, paralelamente à persistência de privilégios feudais. Desse modo, a Inglaterra teve um "antigo regime", tal como a França, muito embora nem a burocracia nem os privilégios feudais fossem os mesmos nos dois países. Por vezes, quando pensamos na "velha ordem", somos propensos a imaginar uma sociedade decadente, cega à podridão existente em seu interior; o verdadeiro "antigo regime" nada tinha dessa sonolenta indiferença para com suas próprias contradições. Dois princípios que jamais poderiam ser reconciliados foram, durante muito tempo, postos lado a lado numa tensão inquietante.

Quanto ao termo "burguesia", confesso-me um tanto constrangido. Há um número muito grande de histórias de conspirações do virtuoso proletariado exaurido pelas forças do mal lideradas pela burguesia na Roma de Augusto, na Benares medieval ou na Nova Guiné dos dias de hoje. Essa análise mecânica das classes é tão obtusa que, muito

logicamente, provoca no leitor um desejo de nunca mais ouvir falar em "classe" e "burguesia". Infelizmente, a burguesia existia, a classe é um fato, e temos, de algum modo, que falar delas como coisas reais, sem recorrermos à demonologia. Provavelmente, nenhum estudo da cidade do século XVIII poderia evitar uma análise da burguesia urbana, pois nela estavam seus governantes, administradores, seu apoio financeiro e uma boa parte de sua população. Além disso, o termo "burguesia" é mais abrangente do que "classe média"; este indica a posição de uma pessoa no meio de uma escala social, mas não diz como ela chegou até lá. "Burguesia" indica que alguém ocupava essa posição porque trabalhava na administração ou no comércio não feudal; os administradores de uma propriedade podem ocupar uma posição média na sociedade, mas não são parte de uma burguesia. É claro que a burguesia urbana do século XVIII não tinha as mesmas funções econômicas, a mesma percepção de si mesma ou a mesma moral da burguesia do século XIX, mas esse tipo de distinção implica mudanças no interior de uma classe. A desvantagem de jogar fora a palavra certa porque é tão facilmente mal empregada é que dá a impressão de que essa classe não possui história.

Abordemos, finalmente, a ordem dos capítulos. O Capítulo 3 trata da questão da platéia; o 4, dos códigos de crença; o Capítulo 5, da distinção entre público e privado e o Capítulo 6, da expressão. É preciso não se esquecer que estes assuntos não apresentam quatro experiências diferentes, mas sim quatro dimensões de um mesmo tipo de experiência: a experiência pública. Acima de tudo, deve-se ter sempre em mente que a vida pública não começou no século XVIII; nesse século, tomou forma uma nova versão da vida pública, centralizada em torno de uma burguesia em ascensão e de uma aristocracia em declínio.

Uma cidade é um meio no qual estranhos podem se encontrar; entretanto, o "estranho"\* talvez seja uma figura de dois gêneros bem diferentes. Os italianos podem encarar os chineses que se mudam para a sua vizinhança como estranhos, mas sabem como definir essa intrusão: pela cor da pele, pelos olhos, pela linguagem, pelos hábitos alimentares, o italiano sabe reconhecer e situar um chinês como diferente dele próprio. Neste caso, o estranho é sinônimo de forasteiro e surge em uma paisagem onde as pessoas têm percepção suficiente de suas próprias identidades para poderem criar regras sobre quem se enquadra e quem não se enquadra. Existe um outro sentido de "es-

tranho", ao qual estas regras não se aplicam: o estranho enquanto um desconhecido, em lugar de forasteiro. Um estranho pode ser percebido nestes termos por alguém que tenha regras próprias para a sua identidade, como, por exemplo, um italiano que conhece alguém a quem não saiba "enquadrar"; contudo, enquanto um desconhecido, o estranho pode dominar as percepções daqueles que estão inseguros quanto à própria identidade, ou estão perdendo imagens tradicionais de si mesmos, ou ainda que pertencem a um novo grupo social que ainda não possui um rótulo preciso.

A cidade enquanto um conjunto de estranhos do primeiro tipo é mais bem classificada como cidade étnica, como a moderna Nova York fora de Manhattan ou a Cidade do Cabo, onde raça e língua fornecem distinções imediatas. Uma cidade do segundo tipo, na qual os estranhos são quantidades desconhecidas, surge quando uma nova e ainda amorfa classe social está se formando nela, e a cidade, por sua vez, está se reorganizando em torno desse grupo social. Foi o que aconteceu com Paris e Londres no século XVIII. A nova classe era a da burguesia mercantil.

"Ascensão da burguesia" é também uma expressão desgastada; tanto que um historiador foi impelido a comentar que a única constante histórica é que as classes médias estão sempre ascendendo por toda a parte. A extrema familiaridade da imagem encobre um fato importante a respeito da mudança ocorrida nas classes: uma classe em ascensão ou em desenvolvimento habitualmente não tem uma idéia clara de si mesma. Uma vez, uma percepção de seus direitos lhe advém antes mesmo da percepção de sua própria identidade; outras vezes, os fatos do poder econômico antecedem os modos, os gostos e a moral adequados. O surgimento de uma nova classe pode deste modo criar um ambiente de estranhos no qual muitas pessoas ficam cada vez mais iguais umas às outras, mas sem terem consciência desse fato. Há uma sensação de que as velhas diferenciações, as velhas linhas divisórias entre um grupo e outro, já não têm valor, mas há pouco senso de novas regras para distinções de momento. A expansão das classes mercantil e burguesa nas capitais do século XVIII foi acompanhada pelo aparecimento de muitas pessoas inclassificáveis — materialmente semelhantes, mas ignorantes de suas semelhanças — e pelo afrouxamento das posições sociais tradicionais. Estava faltando uma nova linguagem para "nós" e "eles", para quem é do grupo e quem não é, para "acima" e "abaixo" na escala social.

O problema da platéia em um meio de estranhos tem sido comparado ao problema da platéia no teatro: como suscitar crença entre aqueles que não nos conhecem? A questão é muito mais premente em

(\*) No original, *the stranger*: "estranho", "estrangeiro". (N. T.)

um meio de estranhos enquanto desconhecidos do que em um meio de estranhos enquanto forasteiros. Para que um forasteiro desperte confiança, tem que penetrar uma barreira, fazendo-se verossímil nos termos habituais e usuais aos que estão do lado de dentro. Mas estranhos em um ambiente mais amorfo têm diante de si um problema mais complexo: o de suscitar crença pelo modo como se comportam, em uma situação onde ninguém está realmente seguro quanto aos padrões adequados de comportamento para um determinado tipo de pessoa. Neste caso, uma das soluções consiste em as pessoas criarem, tomarem emprestado ou imitarem comportamentos que todos concordem em tratar como "adequados" e "verossímeis" em seus contatos. O comportamento está a uma certa distância das circunstâncias pessoais de todos e, portanto, não força as pessoas a tentarem definir umas para as outras quem são. Quando isso ocorre, uma geografia pública está para nascer.

Examinemos, então, as forças no interior das capitais dos meados do século XVIII, que criaram um ambiente de estranhos enquanto desconhecidos. Investigaremos o tamanho e a migração da população, sua densidade na cidade e sua caracterização econômica na década de 1750 e nas décadas precedentes.

### QUEM VEIO PARA A CIDADE

Em 1750, Londres era a maior cidade do mundo ocidental, seguida de Paris; todas as outras cidades européias ficavam muito aquém em tamanho. Seria cômodo afirmar simplesmente que nos cem anos entre 1650 e 1750 Paris e Londres estavam crescendo em termos de população. A afirmação é verdadeira, mas tem de ser cercada por todos os tipos de condicionais.<sup>1</sup>

Eis como Londres cresceu. Em 1595, abrigava cerca de 150 mil almas; em 1632, 315 mil; em 1700, cerca de 700 mil; na metade do século XVIII, 750 mil. O crescimento de Londres na era industrial dos últimos dois séculos faz com que essas mudanças pareçam muito pouco significativas; no século XIX, Londres passou de 860 mil para 5 milhões de habitantes. Mas no século XVIII não se sabia o que estava para acontecer. As pessoas só podiam entender aquilo que já acontecera, e a cidade, principalmente após o grande incêndio de meados do século XVII, parecia a seus olhos estar se tornando extraordinariamente populosa.<sup>2</sup>

Determinar a população de Paris durante esse período é mais difícil, pois a política interferiu nos resultados dos censos, dos anos de

1650 a 1750. As melhores estimativas apontam os seguintes números: o censo do cardeal Richelieu, de 1637, cerca de 410 mil; o censo de 1684, cerca de 425 mil; o de 1750, cerca de 500 mil. Parecem pequenas as mudanças no decorrer do século, especialmente se comparadas às de Londres. Elas devem, no entanto, ser colocadas dentro do contexto do país. Como ressalta Pierre Goubert, a população na França como um todo se achava no mínimo estagnada, provavelmente em declínio durante grande parte do início e de meados do século XVIII. A população de Paris crescia em um ritmo lento, enquanto a população da França como um todo ia de fato diminuindo.<sup>3</sup>

O "crescimento" parecia, então, diferente em Londres em comparação ao de Paris, mas o que significa, em si, crescimento urbano? Se o número de nascimentos for superior ao de óbitos numa cidade, com o decorrer do tempo, as mudanças poderão vir de dentro dela mesma; se o número de nascimentos for inferior ao de óbitos, somente pode haver aumento de tamanho da cidade se os estranhos estiverem entrando em número superior ao que a própria cidade está perdendo, na proporção entre nascimentos e óbitos. Em estudos de nascimentos e óbitos no século XVIII, há um acirrado debate entre Talbot Griffith e H. J. Habakkuk no tocante a saber até que ponto os avanços da medicina e da saúde pública fizeram diminuir as taxas de mortalidade e aumentar o índice de natalidade. Porém, qualquer que seja a solução que se dê a esta questão erudita, o certo é que o aumento de tamanho de Londres e de Paris no século anterior a 1750 dependeu, em grande parte, da migração externa, proveniente de cidades pequenas e do campo. O demógrafo Buffon resume o fato da seguinte forma: quanto a 1730, nos diz ele, "Londres precisa suplementar (a partir das províncias) o número de nascimentos, em uma vez e meia, a fim de se manter, ao passo que Paris é auto-suficiente em aproximadamente um para setenta e cinco".\*<sup>4</sup>

Em Paris e em Londres, a migração externa constitui a fonte de suas diferentes formas de impulso populacional. Graças ao trabalho de E. A. Wrigley, temos uma idéia clara dos números e padrões de migração para Londres, de 1650 a 1750. Wrigley estima que, para engrossar suas fileiras, Londres precisou de 8 mil migrantes internos por ano, durante esse período. Os que chegavam eram jovens — ele estima que a média de idade era de vinte anos — e geralmente solteiros. Isto é:

(\*) Não se trata de uma fórmula reversível; não há setenta e cinco vezes mais óbitos do que nascimentos. Buffon está falando daquilo que é necessário para manter a população, considerando-se todos os fatores relevantes.

ao contrário das grandes migrações camponesas para as cidades americanas um século e meio mais tarde, era raro que famílias inteiras se mudassem para Londres. Usando-se material coligido por C. T. Smith em 1951, é possível estabelecer um mapeamento com os lugares de origem dessas pessoas; a maioria dos movimentos migratórios provém de pontos localizados a 80 quilômetros ou mais de Londres, e 80 quilômetros exigiam, na época, no mínimo dois dias de viagem.<sup>5</sup>

As migrações para Paris eram semelhantes. É sabido que após a morte de Luís XIV a nobreza começou a fazer uso mais constante de Paris, se bem que nunca esteve, nem mesmo na época do Rei Sol, inteiramente desligada da cidade, então refúgio da vida afetada da corte de Versalhes. Seu retorno dificilmente traria a população necessária para repovoar uma Paris continuamente esvaziada pela morte de seus recém-nascidos e de sua população infantil. A partir de algumas pesquisas feitas por Louis Henry, parece válido dizer que Paris, como Londres, mantinha seu nível populacional às custas dos migrantes que viviam a pelo menos dois dias de distância da cidade, que eram jovens e solteiros e que, como na Inglaterra, não eram empurrados para a cidade por causa de fome endêmica ou de guerra, como iria ocorrer mais tarde, mas que, ao contrário, tinham deixado o campo por sua livre iniciativa, para melhorarem sua situação. O retrato de Londres é, desse modo, o de uma grande cidade, enorme para sua época, e que crescia no mínimo 50%, por meio da migração interna de pessoas jovens e sem vínculos. O retrato de Paris também é o de uma cidade comparativamente menor, mas ainda assim enorme, que cresce lentamente enquanto a população fora dela se mantém estagnada, e que obtém quase toda sua reposição e crescimento populacional da migração interna desse mesmo tipo de pessoas.<sup>6</sup>

Assim, na formação populacional de ambas as cidades, um tipo especial de estranho desempenhou um papel crítico. Ele (ou ela) era sozinho, desligado de relações anteriores, e tinha vindo de uma distância significativa. De fato, ao descreverem as populações de suas cidades, londrinos e parisienses, numa década como a de 1720, recorrem a imagens chamando esses forasteiros de "mistura heterogênea, amorfa, questionável, informe. Defoe descreve Londres como "demasiado grande", pelo afluxo de tanta gente vinda das províncias, criando uma situação que exige regulamentos e repartições do governo. Não encontra palavras para descrever esses recém-chegados, tratando-os apenas como uma "massa heterogênea". Com exceção da "horda irlandesa", não parece haver ordem social entre eles. E, uma vez que não têm forma, ele espera que sejam levados embora da cidade, do mesmo modo como chegaram: "Então, digo eu, haverá um momento para se

esperar que a grande massa de pessoas vindas a Londres se separe novamente e se disperse tão naturalmente quanto agora lá se amontoam".<sup>7</sup>

A *Vida de Mariana* e o *Camponês Novo-Rico*, de Marivaux, giram de modo semelhante em torno da idéia de uma Paris construída sobre um manancial de estranhos. Nos dois romances, Marivaux descreve Paris como uma cidade onde pessoas de origens desconhecidas podem "passar" justamente porque a cidade inteira cresceu pela migração de uma "multidão desconhecida". A "verdadeira natureza daqueles com os quais discorrem" ia-se tornando cada vez mais difícil de avaliar para os parisienses mais velhos.

Contrastem essas imagens com a do estranho tomado como forasteiro oferecida pelos nova-iorquinos ou pelos bostonianos em 1900. Nas cidade americanas, os estranhos eram interpretados por meio de estereótipos étnicos, rejeitados como inadequados ou perigosos de se conhecer, por causa das conotações negativas envolvidas nesse trato. Em Defoe ou Marivaux, não havia tais estereótipos; a cidade de estranhos que estes conheceram não era divisível em tipos étnicos, econômicos ou raciais (excetuando-se os irlandeses de Londres). O fato de que a maioria desses imigrantes estava sozinha ao invés de estar em agrupamentos familiares fazia deles quantidades ainda mais desconhecidas.

Londres era freqüentemente descrita como "um grande Quisto".\* O significado dessa palavra no início do século XVIII não é bonito, pois um tumor, que mais tarde assume o sentido figurado de grande cidade, descreve-a como uma ferida aberta de onde flui todo tipo de líquidos purulentos; mas a imagem capta acuradamente parte do sentimento que está por detrás de locuções mais elegantes, como "multidão desconhecida", usado para descrever o novo populacho. Como tais pessoas irão fazer sentido umas para as outras? Estão soltas, não têm sequer a marca de um passado enquanto adultos nem a estranheza passível de ser categorizada dos imigrantes vindos de outra terra. Em que termos devem julgar suas comunicações recíprocas, a que conhecimento, a que paralelos da experiência passada se apela, ao se lidar com uma massa informe?

Quando a expressão "crescimento populacional" é empregada para descrever essas duas cidades, não se trata apenas de uma questão neutra de cifras. Ela especifica um determinado fato social. À proporção que a cidade cresceu, sua população se tornou problemática.

(\*) No original, *Wen*: "cidade" ou "quisto". (N. T.)

## ONDE VIVIAM

Seria de se esperar que a população logo se dividisse em diferentes territórios na cidade, cada qual marcado por certas características econômicas e sociais. A classificação dos estranhos iria então tornar-se mais fácil. Esse processo ecológico estava, porém, sujeito a obstáculos e confusões, a partir de 1670, tanto em Paris quanto em Londres — ironicamente uma confusão devida a tentativas planejadas de se organizar a crescente população urbana.

Cidades com população em crescimento deveriam tratá-la de uma de duas maneiras: a área da cidade pode ser ampliada ou um número maior de pessoas pode estar concentrado num mesmo local. Quase nenhuma cidade conhecida tem um padrão tão simples de crescimento que ou ela se espalha no espaço ou se torna mais densa em seu antigo território. E não é apenas uma questão de fazer com que a área territorial e a densidade aumentem concomitantemente, porque o aumento populacional não é um fenômeno “aditivo”, de modo que pequenas providências de reorganização acomodem cada aumento do nível de população. Os aumentos populacionais normalmente exigem uma reorganização de toda a ecologia de uma cidade; as cidades têm de ser consideradas como cristais que refazem a sua estrutura cada vez que é introduzida mais substância de que é feito o cristal.

Se tivéssemos que percorrer Paris nos anos 1640, ou Londres antes do grande incêndio de 1666, ficaríamos impressionados com a absoluta concentração humana em um pedaço geográfico considerado minúsculo, segundo os padrões modernos. As casas se aglomeravam em ruas que não tinham mais de três ou três metros e meio de largura, com inesperados claros de vastos espaços abertos. De fato, à medida que nos aproximássemos das novas construções vizinhas aos muros de Paris, ou da terra-de-ninguém situada entre a City de Londres e Westminster, não veríamos uma gradativa diminuição na concentração de casas, mas uma quebra repentina entre ruas apinhadas e casas isoladas, dispostas quase como propriedades campestres.

Após o grande incêndio de 1666 em Londres, e nos anos 1680 em Paris, a aglomeração populacional nas duas cidades começou a tomar uma nova forma. A terra queimada ou ociosa não foi pura e simplesmente ocupada. Foi reorganizada de acordo com um novo princípio, o da praça; uma praça radicalmente distinta das praças das pequenas cidades medievais, tanto na aparência quanto na função. Os princípios de *design* das praças em Londres romperam com o passado medieval de um modo bastante diverso daqueles das praças de Paris. Mas essas

duas revoltas opostas contra o passado levaram à mesma finalidade social.

A construção de praças que se iniciou em Paris na década de 1680 estava condicionada por dois acontecimentos anteriores: o primeiro, a obra de Bernini em Roma; o segundo, a obra de Luís XIV e seus arquitetos em Versalhes. A Piazza Obliqua de Bernini, defronte à Basílica de São Pedro, em Roma, foi um desafio para todo o impulso de construção de praças planejadas do Renascimento. Bernini quis usar a praça para sugerir a ampliação do espaço por meio de um desenho formal, ao invés de sugerir o fechamento e a domesticação do espaço como preconizava o Renascimento. A idéia de um espaço imenso feito pelo homem, bem no meio de um denso conglomerado urbano, foi o que os arquitetos de Paris aproveitaram na década de 1680: a Place des Victoires (1685-86) constitui sua primeira expressão.<sup>8</sup>

O que tal esforço significou para a cidade de Paris foi que a massa humana da população e a ilusão humanamente planejada de espaço ilimitado iam agora se unir. A ilusão de grandes espaços em meio a grandes concentrações é o princípio estruturador da Place Vendôme (construída em 1701) e da Place des Invalides (concluída em 1706), culminando, em 1763, na Place de la Concorde, de Jacques-Ange Gabriel.

Os arquitetos de alguns desses espaços urbanos grandiosos foram treinados em Versalhes; Hardouin-Mansard participou da construção da Place Vendôme após haver supervisionado a construção do Palácio de Versalhes, por exemplo. Mas assim como Versalhes fora concebido, originalmente, como um antídoto para a Paris dos anos 1660, como um lugar da ordem, cujos salões, suítes e jardins instilariam uma atitude hierárquica em seus habitantes, a Paris do início do século XVIII seria um corretivo de Versalhes. As grandes *places* urbanas não eram feitas para concentrarem todo tipo de atividade das ruas circundantes; a rua não deveria ser um pórtico para a vida da praça. Toda a arquitetura de Versalhes é como um foco e, em vez de um foco, a praça deveria ser um monumento a si mesma, com atividades restritas acontecendo em seu meio, atividades constituídas principalmente de passagem e de transporte. Acima de tudo, essas praças não foram concebidas tendo em mente uma multidão lenta que se congrega. Hardouin-Mansard lutou portanto para eliminar, das praças, barracas, bandos de acrobatas e outras formas de comércio de rua, bem como procurou manter os cafés em sua volta, mantidos por detrás de portas, e tirou totalmente as estalagens das praças.<sup>9</sup>

O resultado foi o enfraquecimento da vida das praças, tal como essa vida era conhecida, tanto na Paris medieval quanto na Paris renas-



centista. Onde antes as praças tiveram uma multiplicidade de funções, aquilo que Arnold Zucker denomina a "superposição" (*overlay*) de todas as atividades da cidade ocorrendo no mesmo local, agora a vida urbana em grupo estava fragmentada e dispersa.<sup>10</sup>

De fato, as próprias atividades de demolição e de construção, necessárias à desobstrução desses vastos espaços, forçaram grandes levadas da população de Paris a sair dos centros de 1660 e a se instalar em áreas mais ou menos dispersas. O agrupamento conjunto de famílias nobres e suas extensas populações de criados e de serviçais, que vivia em volta dos Invalides, retornou ao Marais, em princípio do século XVIII. A desocupação de terras diante da igreja de St.-Sulpice fez com que outro grupo de nobres e seus criados mudasse para os espaços vazios de St.-Germain-des-Prés. À medida que a população de Paris ia crescendo, as áreas ao redor das grandes praças ficavam gradativamente mais densas, mas esses centros já não serviam como pontos onde a multidão pudesse se juntar em várias atividades num mesmo local.<sup>11</sup>

As praças medievais e renascentistas eram zonas livres em Paris, em oposição à zona controlada das casas. As praças monumentais do princípio do século XVIII, ao reestruturarem a aglomeração populacional na cidade, reestruturaram também a função da massa, pois mudou a liberdade com que as pessoas poderiam se reunir. A reunião de uma multidão se tornou uma atividade especializada; acontecia em três locais: no café, no parque para pedestres e no teatro.

Em Londres, a praça como zona livre para multidões também chegou ao fim durante o período 1666-1740, mas por um caminho diametralmente oposto. Após o grande incêndio de 1666, foram propostos muitos planos para a reconstrução da City de Londres, sendo o mais importante o de Christopher Wren. Esses planos foram rejeitados quase que imediatamente por Carlos II. Os planos, se tivessem sido realizados, teriam dado a Londres os pontos focais ornamentais do tipo que Bernini estava criando em Roma ou que Hardouin-Mansard iria criar mais tarde em Paris. Na verdade, a recusa do projeto de Wren foi a rejeição de um tipo de praça de cidade pequena que Londres havia visto recentemente em seu meio, a obra do Covent Garden, projetada por Inigo Jones.<sup>12</sup>

Mas a idéia de acomodar a população dentro da cidade por meio da construção de praças não foi abandonada: o duque de Bedford, no bairro de Covent Garden, e o conde de Southampton, em Bloomsbury, começaram a construir blocos de casas de um lado, com praças "irracionalmente espalhadas por todo um sítio, separadas, e no entanto não totalmente isoladas umas das outras". A característica essencial dessas praças estava em não terem sido feitas para serem ocupadas

por vendedores de rua, acrobatas, floristas e assim por diante, como acontecia com o Covent Garden; deveriam ser preenchidas com arbustos e árvores.<sup>13</sup>

Costuma-se dizer que, ao reunir moradias em torno de um território florido, os ingleses estavam tentando preservar as impressões do campo na construção da cidade. Isto é apenas meia verdade. Essas casas em Bloomsbury tinham características urbanas e eram construídas em grupos; pareciam-se com as casas que estavam sendo construídas no centro da parte que não fora queimada da City de Londres. Se uma pessoa moderna pode imaginar um arranha-céu com pátios de estacionamento, semáforos e todos os serviços de apoio subitamente colocados no meio de uma plantação de trigo, na expectativa da parte do seu construtor de que logo outros arranha-céus seriam construídos ao redor, poderá ter idéia da mentalidade de Bedford e Southampton ao incrementarem suas propriedades.<sup>14</sup>

Os criadores de praças espalhadas estavam firmemente decididos a manter o comércio afastado da área da praça. Bedford solicitou ao governo o direito de enxotar das praças os vendedores ambulantes e mascates. Embora na década de 1690 fosse difícil fazer cumprir essa proibição, por volta de 1720 ela estava sendo obedecida. A praça se tornara um museu da natureza em meio ao mais sofisticado tipo de moradias. E, de fato, as expectativas dos responsáveis por sua implantação se realizaram. Construíram-se casas perto das praças, e gradativamente as áreas foram se tornando tão densamente povoadas quanto a velha City.

Em Londres e em Paris, portanto, a reestruturação da densidade populacional por meio do planejamento de praças refreou a própria praça como um lugar central de uso múltiplo, de reunião e observação. Qual era a opinião das pessoas da época quanto a essa restrição da praça como território livre? Defoe faz um retrato vivo da década de 1720:

É o desastre de Londres, no que toca à beleza de seu rosto, que está estampado nos edifícios, assim como o prazer de todo construtor (...) e como a comodidade das pessoas exige (...) e isto aumentou a face da cidade da maneira mais dispersa, confusa, desarrumada, pouco densa e desigual.<sup>15</sup>

O crescimento da cidade significou para ela a perda de um centro, de um foco. O crescimento não parecia para Defoe ser resultado do lento amadurecimento das necessidades da época. Dava a impressão de ser repentino, abrupto:

Trata-se, como se observa em primeiro lugar, de uma crise particular e notável, singular para aqueles que escrevem nessa época, (...) que o grande e mais eminente aumento de edifícios dentro e em redor de Londres — e vasta extensão de solo utilizado e agora transformado em ruas e quarteirões de casas dos nobres, com o que a massa ou o corpo do todo tornou-se tão infinitamente grandiosa —, foi construído na nossa época, não somente dentro do que cabe em nossa memória, mas em apenas alguns anos. (...) <sup>16</sup>

A questão social suscitada pela população de Londres e de Paris era de se viver com um estranho ou de se ser um estranho. E a questão suscitada pelos novos termos de densidade demográfica da cidade consistiam em saber onde esses estranhos deveriam ser vistos habitualmente, de modo que se pudessem estabelecer imagens caracterizadoras dos estranhos. O antigo local de encontro, a praça de uso múltiplo, estava sendo consumido pelo espaço tomado como monumento a si mesmo em Paris e como um museu da natureza em Londres. Desse modo, a demografia estava criando um meio onde o estranho fosse um desconhecido.

Os estranhos, considerados como platéia uns para os outros, poderiam, no entanto, ter evitado grande parte desse fardo de desempenhar tal papel, com a necessidade de suscitar credibilidade somente dentro dos limites de uma cena imediata, caso a estrutura hierárquica dos grupos sociais tivesse permanecido intocada pela cidade. Pois as imagens de lugares, deveres e de cortesia nesta hierarquia teriam proporcionado às pessoas padrões de referência para serem levados a contatos específicos; a hierarquia poderia ainda ter servido como um padrão de comparação seguro para a crença. Mas a economia da capital, associada com essas mudanças demográficas, desgastara o padrão de hierarquia enquanto uma medida segura para as relações entre estranhos. Uma vez que a hierarquia se tornou uma medida incerta para o trato com os estranhos, surge a questão da platéia.

### TRANSFORMAÇÕES NA BURGUESIA URBANA

Na primeira metade do século XVIII, as economias inglesa e francesa experimentaram um crescimento agudo no comércio internacional. O comércio exterior da Inglaterra dobrou entre 1700 e 1780; o mercado mudou de comprador principal, da Europa, para as colônias de além-mar da Inglaterra. Os franceses preencheram o vazio, realizando grande parte do comércio que a Inglaterra fizera antes com alguns países europeus.<sup>17</sup>

Esse incremento comercial teve grande importância na vida das capitais de ambos os países. Londres e Paris eram grandes portos, bem como centros de finanças mercantis para remessas além-mar, e constituíam-se nos pontos de distribuição comercial de mercadorias que entravam e saíam do país e que se destinavam ao interior do país. O vigoroso crescimento do comércio teve resultados físicos e sociais. Em Londres, o crescente comércio no Tâmis trouxe consigo uma extensão da cidade rumo ao oeste, assim como as praças o haviam feito. Em Paris, o crescimento do comércio sobre o Sena também fez com que a cidade se expandisse em direção ao oeste, e cada vez mais docas e armazéns foram se comprimindo no cais da cidade, ao longo das Tuileries, e em redor da Ile de la Cité.<sup>18</sup>

Do ponto de vista social, o crescimento do comércio criou empregos nos setores financeiro, comercial e burocrático da cidade. Falar em “crescimento da burguesia” em qualquer das duas cidades é, pois, se referir a uma classe engajada em atividades de distribuição, e não na produção. Os jovens que vinham para a cidade encontravam trabalho nessas profissões mercantis e comerciais; na verdade havia como que uma escassez de mão-de-obra, pois havia mais empregos que exigiam trabalhadores alfabetizados do que jovens que sabiam ler. Assim como o equilíbrio da densidade demográfica de uma cidade, o equilíbrio dos empregos nela se comporta como o cristal: a nova atividade comercial nas capitais do século XVIII não foi acrescida ao que já existia antes; toda a estrutura econômica da cidade recristalizou-se em torno dela. O espaço das lojas nos cais ficou caro demais para os novos artesãos, por exemplo; começaram a abandonar o centro, e depois a própria capital, enquanto os comerciantes vinham chegando para se fixarem.

O problema que nos interessa no crescimento dessa burguesia dos intermediários é a questão de uma clara identidade de classe, pois sua falta reforçava a percepção do estranho enquanto um desconhecido.

Um escritor observou a respeito de Paris que a sua burguesia sabia que era algo de novo, mas não sabia aquilo que era. A autoconfiança pode ser detectada nas fileiras mercantis de meados do século XVIII, ao contrário dos recatados impulsos de seus precursores dos dias de *la cour et la ville* do século XVII. Havia porém uma falta de clareza naquilo que aqueles cidadãos sentiam ser sua condição: eram os novos homens, mas o que significava isso? Nas peças de Diderot sobre a vida burguesa de seu tempo, tal como *Le père de famille* (O Pai de Família), as personagens tratam sua sobrevivência, sem raízes na terra, e mesmo sua prosperidade como algo um tanto misterioso.

Uma explicação para essa ausência de proclamações de “quem somos nós” é que talvez a classe mercantil ainda tivesse que passar da confiança para a presunção. Uma outra é que autodefinições seguras eram difíceis em razão da formação econômica dessa classe: nela, as pessoas que ainda estavam entrando formavam uma classe nova e em expansão; era mais um problema de mobilidade do que de herança. Essa classe tinha seus contornos muito mais indefinidos do que as classes mercantis do Renascimento ou do pós-Renascimento, pois, enquanto o comércio se expandia na cidade, mudava a natureza do mercado urbano. No início do século XVIII, esse mercado mudou do tipo de competição pelo monopólio comercial em uma determinada área ou de uma determinada mercadoria para o tipo de competição pelo comércio no interior dessa área ou mercadoria. Foi essa mudança de mercado que tornou instável a identidade da classe média de um extremo ao outro dos segmentos do comércio.

Em Londres e Paris, por exemplo, as feiras ao ar livre, que vendiam enorme quantidade de alimentos, afirmavam-se nessa época. Vendiam mercadorias vindas dos navios; funcionavam em bairros especiais da cidade; ao contrário das feiras medievais, as Feiras de St.-Germain e as Feiras des Halles funcionavam em caráter permanente, com licenças dadas por patente do governo a cada vendedor. Com a construção do Covent Garden na década de 1640, surge em Londres essa mesma regulamentação dos mercados ao ar livre. As licenças para o comércio urbano diferiam, porém, das licenças mais antigas para importação e exportação. Uma determinada companhia já não poderia ter o direito exclusivo de negociar com uma determinada mercadoria, como aconteceu durante um certo tempo com a Companhia das Índias Orientais e o chá; muitas companhias, por meios legais, e frequentemente ilegais, tinham a mesma mercadoria para vender. Desse modo, a natureza da competição foi transformada, passando de uma disputa pelo monopólio em uma determinada área para uma disputa pelo comércio dentro de cada área. Quando ambas as cidades se tornaram centros internacionais de compra e venda, seus mercados internos se tornaram imbricados.<sup>19</sup>

Em *The Economy of Cities* (A Economia das Cidades), Jane Jacobs argumenta que o resultado desse tipo de crescimento urbano foi a contínua busca por territórios ainda não atingidos pela competição, por novos tipos de mercadorias e serviços para vender, a fim de escapar à pressão de competir com outros. De maneira geral, esse argumento provoca a ira da maioria dos historiadores; ligeiramente modificado, ele explica um certo fenômeno dessas duas cidades. Quando territórios de trabalho foram destruídos, tornou-se muito mais difícil para os pais

6

transmitirem aos filhos o seu próprio trabalho; a razão era simples: os pais tinham apenas metade do trabalho para legarem; podiam legar um capital ou um ofício, mas não uma comunidade de fregueses garantidos, uma fonte garantida, de fornecimento, ou algo assim. Mais do que isso, em condições nas quais os pais eram forçados a competir exaustivamente para terem trabalho, os filhos tentavam se libertar, criar um novo mercado para suas habilidades, trabalhando em ofícios ou empregos que lhes pareciam menos concorridos (uma impressão falsa, na realidade). A expansão do comércio em Londres e em Paris na virada do século XVIII fragmentou a continuidade do trabalho no seio da família. O resultado foi que se tornou difícil determinar simplesmente pelos antecedentes familiares “quem” era um estranho.<sup>20</sup>

Os deslocamentos de posição social provocados pelo mercado imbricado estavam se espalhando do trabalho mercantil para o trabalho manual, à medida que o cristal da economia urbana do século XVIII assumia uma nova forma. Isso aparecia com maior nitidez nas guildas. Tanto em Paris quanto em Londres, as guildas abrangiam grandes quantidades de trabalhadores no final do século XVII; por volta de meados do século XVIII, o número de trabalhadores das guildas diminuía. A explicação habitual — de Sombart, por exemplo — é a de que as guildas não se encaixavam no sistema de concentração de mão-de-obra móvel exigido por uma sociedade industrial. Mas adotar essa explicação significa encarar a história da cidade do século XVIII como uma preparação para aquilo que ainda não havia ocorrido. Na vida dos trabalhadores urbanos — como ressalva Kaplow —, existiam razões imediatas para encorajá-los a abandonar o trabalho nas guildas por ocupações mais flutuantes. Enquanto a passagem de artífice assalariado a mestre era teoricamente possível dentro de uma vida inteira de trabalho, na prática, era uma possibilidade remota. Nas guildas parisienses do século XVIII, “quer como eternos artífices assalariados, ou *chambrelans*, a pobreza desses trabalhadores era provavelmente extrema, e sua mobilidade, nula, uma condição que eles podem ter sentido de modo ainda mais intenso do que seus irmãos que estavam fora das guildas”. Se é verdade que as guildas no século XVIII se deterioravam funcionalmente, pelas razões apontadas por Sombart, é igualmente verdade que as guildas foram sendo esvaziadas mais intencionalmente; porque, para o jovem envolvido na questão, o direito de trabalhar em um ofício, dado pelo fato do pai ser membro da guilda, não garantia ao filho que este iria ter trabalho a fazer e, menos ainda, que tivesse “perspectivas”.<sup>21</sup>

Entre as classes trabalhadoras inferiores, a competição para venda de serviços tornou-se imbricada, do mesmo modo que a competição

para vender mercadorias se tornara imbricada no seio das classes médias. A oferta de criados era muito maior do que o número de empregos para criados em Paris e em Londres, no final do século XVII, e esse excesso de mão-de-obra piorou no século XVIII. A oferta de criados excedia de tal maneira a demanda que era difícil os pais convencerem os patrões a aceitarem seus filhos — era mais barato manter a criação aceitando-se novos criados já adultos do que manter juntas as famílias dos antigos criados. À medida que o comércio internacional, por intermédio das cidades, expandiu-se, a economia de serviços no interior das cidades se fragmentou, e a competição dentro de uma mesma qualificação, ou dentro de um tipo de serviço, ficou mais forte; o próprio conceito de território de trabalho separando as pessoas foi destruído.<sup>22</sup>

A demografia e a economia dessas duas vigorosas cidades serviram, em suma, para definir o estranho como um desconhecido, pelo menos por um curto espaço de tempo, um desconhecido que não podia ser facilmente situado por meio de pesquisas factuais. Quando as pessoas rompiam um vínculo familiar para virem para a cidade, sobrenomes, amizades e tradições não ajudavam. Quando a população foi distribuída por novas formas urbanas que congregavam um grande número de pessoas em torno de praças que não eram concebidas como locais de fácil reunião e sociabilidade, tornou-se mais difícil ainda conhecer esses estranhos por meio de observação rotineira. Quando a complexidade de mercados imbricados destruiu os territórios estáveis de atividade econômica, o “lugar” da ocupação não ajudou. As quebras de *status* entre as gerações se tornaram mais frequentes; a possibilidade de herdar a posição sucumbiu à criação de posições tanto inferiores quanto mais elevadas.

Assim sendo, o domínio das aparências não era facilmente regido por padrões tais como “de onde veio”, “onde é o seu lugar”, ou “o que você está fazendo quando o vejo na rua”. Uma vez mais, comparem isso com a demografia de Nova York, no princípio do século XX: os migrantes que vinham para Nova York, imediatamente classificados pela linguagem que utilizavam, muitas vezes chegavam como famílias inteiras ou então traziam as famílias depois de virem. Agrupavam-se em subáreas étnicas da cidade, a ponto de morarem em quarteirões dentro de sua área étnica de acordo com a localidade ou até mesmo de acordo com sua aldeia na terra de origem. Uma vez em Nova York, cada um desses subgrupos étnicos usava a área de uma maneira análoga ao uso medieval e renascentista das praças em Paris. A rua era o local de compra, de reuniões em grupo, palco de observação casual, com a igreja construída num ponto central ao longo da rua. Os es-

tranhos na Londres e Paris do século XVIII não dispunham desses métodos automáticos de organização.

Sejamos claros sobre essa falta de regras seguras, pois o retrato que ora pintamos poderia indicar que os cosmopolitas do Antigo Regime moravam num universo kafkiano, abstrato, no qual a humanidade não tinha rosto e era vazia. Não era bem assim; a capital do século XVIII era um lugar onde as pessoas faziam grandes esforços para dar cor e definir suas relações com os estranhos; a questão está em que tinham que fazer um esforço. As condições materiais de vida na cidade enfraqueciam qualquer confiança que as pessoas pudessem ter na rotulação “natural”, rotineira, dos outros segundo a origem, os antecedentes familiares ou a ocupação. O esforço para dar cor ao relacionamento com os outros, a tentativa de dar uma forma a esses intercâmbios sociais eram esforços para criar um sentido convincente de platéia. Uma idéia do montante de trabalho necessário para criar essa platéia significativa, em meio a um ambiente de estranhos, pode ser conseguida ao se comparar uma questão de etiqueta na nova sociedade urbana com a mesma questão de etiqueta na sociedade mais antiga da corte. Essa sutileza social diz respeito a perguntas, cumprimentos, apresentações e tagarelices, como primeiro estágio de sociabilidade entre dois estranhos que nunca se haviam encontrado.

### INTERCÂMBIO NA CORTE E NA CIDADE

Observadores das boas maneiras de parisienses e londrinos na década de 1750 impressionaram-se menos com as diferenças entre as duas cidades do que com a diferença de ambas com termos provinciais de cortesia. Notaram também o quanto as cidades tinham se tornado semelhantes, em comparação com as vidas diversas da corte da Inglaterra e da França.

A vida cortesã na Inglaterra, que começou com o reinado de Carlos II, tomou um rumo exatamente oposto à vida na corte que ia se desenvolvendo na França, no reinado de Luís XIV. Os ingleses, após as austeridades do governo puritano, veriam tomar forma, em sua sociedade, uma vida cortesã dedicada ao prazer informal, à bonomia e a uma boa dose de desordem política e administrativa; isso durou de 1660 a 1688. Os franceses, no reinado de Luís, depois das desordens da Fronde, veriam tomar forma uma vida cortesã que era propositadamente formal e ordeira, altamente disciplinada e cada vez mais cerimoniosa; isso perdurou até 1715. Na Inglaterra, o surto de crescimento

urbano, de 1690 em diante, foi acompanhado por uma crescente estabilização, tanto da política quanto da vida cortesã: isto é, caminharam juntos o crescimento de Londres e o crescimento de uma monarquia estável e limitada. Na França, a força do rei e a força de Paris eram antagônicas. Luís criou Versalhes e abandonou as Tulherias como residência permanente, a fim de poder controlar melhor os seus nobres, para que a corte pudesse se tornar uma hierarquia rígida, sem lugares ou cenários de fuga. Com a morte de Luís, em 1715, a mudança para Paris, sob o reinado de Luís XV, fez-se às custas das instituições de Versalhes. Assim, do ponto de vista político, as histórias das cortes da Inglaterra e da França são comparáveis apenas enquanto opostas. Do ponto de vista social, entretanto, havia certos paralelos.<sup>23</sup>

Nas cortes de meados do século XVII, não somente na França, mas também na Inglaterra, Itália e Alemanha, cumprimentos entre pessoas de posições sociais diferentes envolviam uma elaborada lisonja, baseada no conhecimento interpessoal. Evidentemente, o superior é que tinha de ser lisonjeado; nas relações de pessoas sem berço com pessoas da nobreza, os títulos que indicavam a posição social eram de *rigueur*, de ambas as partes: *Monsieur le Marquis* falava com *Monsieur l'Avocat* (O Senhor Marquês falava com o Senhor Advogado). Cumprimentos feitos nessas circunstâncias eram uma questão de exaltar as qualidades conhecidas do outro diante de si. Nas memórias de Saint-Simon, vemos pessoas se "honrando" em termos como estes: "estou encantado em conhecer o homem que (...)", após o que se segue uma lista de proezas de guerra, ligações de família ou — quando se trata com pessoas de nível ligeiramente inferior — qualidades de caráter que dão fama a esse homem. Dizer a alguém a coisa mais lisonjeira a respeito dele, ou dela, num primeiro encontro, era um meio de estabelecer um vínculo social.<sup>24</sup>

A estrutura de uma sociedade dominada pela corte torna fáceis as saudações e cumprimentos desse gênero. Com exceção de Versalhes, as cortes eram pequenas, de modo que a reputação e os antecedentes da pessoa podiam ser facilmente difundidos no seio da pequena comunidade. A estimativa do número de pessoas em Versalhes, no seu apogeu, varia enormemente, mas fica claro, segundo Saint-Simon e escritores modernos como H. G. Lewis, que, dentro das posições sociais que provavelmente teriam se encontrado na corte, uma vez mais os subgrupos eram pequenos o bastante para que os fatos referentes a uma pessoa pudessem ser divulgados oralmente, antes que ela fosse apresentada. Além disso, a importância da precedência promovia um intenso inquérito a respeito do *status* de estranhos que a pessoa provavelmente iria conhecer.<sup>25</sup>

Padrões de boataria fluíam naturalmente dessa situação. Os boatos constituíam um intercâmbio irrestrito de informações a respeito de outras pessoas; seus pecados, seus casos amorosos ou suas ambições eram dissecados em todas as minúcias, pois, na corte, a maioria dessas intimidades era de domínio público. E mais: os boatos tinham uma clara relação com a posição social. Nas páginas de Saint-Simon, um inferior jamais demonstra a um superior saber, ou realmente ter ouvido, boatos referentes ao superior, ao passo que o superior, falando de um inferior, pode, sem insulto, demonstrar que ouviu boatos referentes a essa pessoa, e até discutir a veracidade ou falsidade deles, mesmo durante um primeiro encontro.

Em Londres e em Paris, setenta anos depois, os padrões haviam mudado. Por razões de clareza, analisemos a mesma classe social, tal como teria se conduzido, no interior de uma corte, anteriormente. Em 1750, Lord Chesterfield previne o seu filho para que nunca aluda à família de uma pessoa à qual esteja sendo apresentado, porque nunca se sabe com certeza qual o relacionamento emocional existente entre uma pessoa e sua família, nem se pode, nas "confusões" de Londres, ter certeza de que a pessoa tem os padrões familiares corretos. Em um ambiente populoso que volta e meia se enche de estranhos, cumprimentos que lisonjeiam a pessoa e suas qualidades conhecidas tornam-se embaraçosos. Geralmente, eram consideradas frases cediças de saudações, cuja aceitabilidade dependia do quanto fossem genéricas e floreadas com figuras de linguagem peculiares. O fato de poderem ser — e o eram — aplicadas indiscriminadamente de modo algum diminuía sua civilidade. Na verdade, a essência do elogio consistia em prestar homenagem a outra pessoa, sem precisar ser direto e pessoal.<sup>26</sup>

Quando, por exemplo, a Marianne em *La Vie de Marianne* (A Vida de Marianne), de Marivaux, vai a seu primeiro jantar formal em Paris, surpreende-se ao ver como as pessoas de lá são convidativas e abertas, o quão pouco falam das pessoas cuja existência ela provavelmente ignore, como cuidam em fazê-la conversar, sem se intrometerem em sua vida. Na sociedade urbana do século XVIII, a cortesia tornou-se o contrário dos estilos da corte do século XVII. O vínculo social inicial era estabelecido por meio de formas de cortesia baseadas no reconhecimento do fato de que as pessoas eram parte do "grande número desconhecido".<sup>27</sup>

O boato assume um caráter específico dentro das condições urbanas. Se você bisbilhotar cedo demais ao conhecer um homem, como escreveu Voltaire, você o estará insultando. Mais do que um terreno comum de tópicos a ser compartilhado, a indiscrição tornou-se a marca de um certo estágio de amizade. Caso contrário, havia um grande risco

em falar de pessoas a respeito das quais seu ouvinte poderia estar favoravelmente disposto; ou, até mesmo, como em uma das histórias populares na década de 1730, contar, sem saber, uma história licenciosa de uma mulher a ela própria. A grande cidade baniu então conversas a respeito da personalidade, como um meio de estabelecer um primeiro contato com os outros.<sup>28</sup>

A tomada de consciência de uma distância entre a pessoa e seu tráfico com o mundo tornou-se um tema que muitos escritores dos anos 1740 suprimiram; o exemplo mais famoso talvez seja o de Lord Chesterfield. Nas cartas que escreveu ao filho, a ênfase situava-se toda em aprender a sobreviver no mundo, ocultando dos outros os próprios sentimentos. Em 1747, Chesterfield aconselhava:

As pessoas de sua idade têm, de maneira geral, uma franqueza sem resguardo no tocante a si próprias, que as torna presa fácil e assunto de fofalório dos ardilosos e experientes. Cuidado, portanto, agora que está entrando no mundo, com essas amizades oferecidas. Receba-as com grande civilidade, mas também com grande incredulidade, e faça-lhes elogios, mas não confidências.<sup>29</sup>

Poucos dias depois, Chesterfield ampliava seu conselho — na verdade, esse ano marca o início de uma peroração que durará toda a vida e na qual Chesterfield diz ao filho que ele somente poderá sobreviver às “cidades” de grandes cidades como Paris e Londres se usar uma máscara. Suas palavras são ásperas:

Entre todas as coisas, procure banir o egotismo de sua conversa, e nunca pense em distrair pessoas com os seus próprios interesses ou assuntos privados; embora para você sejam interessantes, são tediosos e impertinentes para todas as outras pessoas; além disso, nunca se pode manter os assuntos privados de cada um suficientemente em segredo.<sup>30</sup>

Reiteradas vezes, Chesterfield cita seus próprios erros de juventude, quando, protegido das realidades de Londres, cresceu pensando que a retidão e a franqueza fossem qualidades morais; o preço dessas virtudes era “grande dano feito a mim e aos outros”, quando começou a viver uma vida adulta em Londres. Criado em um meio aristocrático semelhante ao de Mme. de Sévigné, Chesterfield considerava a *spiritualité* (espiritualidade) da dama francesa como um real perigo nos anos 1740, pois a vida social se transferira da corte e das propriedades para uma vida passada um meio a estranhos na cidade cosmopolita.

Os meados do século XVIII foram uma das grandes épocas da sociabilidade, mas os seus cidadãos eram improváveis candidatos a tamanha honra. As condições materiais de vida faziam das pessoas pontos de interrogação, umas para as outras, e essa incerteza não era uma

questão emocionalmente neutra. O medo dos outros como desconhecidos inspirava observações como a de Chesterfield, de que “nunca se pode manter os assuntos privados de cada um suficientemente em segredo”; o receio dessas transformações materiais só vem reforçar o efeito de tais afirmações, que eram como um manto jogado sobre os estranhos, de forma a que não pudessem ser “situados” segundo suas circunstâncias materiais. Como então esses candidatos improváveis chegaram a criar uma sociedade de sociabilidade tão intensa? Quais os instrumentos que usaram para construir suas relações uns com os outros?